

Fronteira e urbanização repensadas

Bertha Koiffman Becker *

SUMÁRIO

- 1 — *Sobre Estado fronteira e urbanização*
- 2 — *A circulação comanda os movimentos de organização da rede urbana que é fruto e condição da estruturação da fronteira*
- 3 — *A configuração local da rede: modelos de urbanização*
- 4 — *O núcleo urbano é a base logística da ordenação territorial da fronteira*
- 5 — *Sumário e conclusões*
- 6 — *Bibliografia*

Ainda no início da década de 70, em viagem de reconhecimento pelo Mato Grosso, Rondônia e Acre, revelou-se a magnitude do processo de mudança da Amazônia através da transformação das velhas cidades fluviais sob o impacto das rodovias de penetração (Becker, 1974). Poucos anos após, em pesquisa ao longo da rodovia Belém-Brasília, a verificação da multiplicação de povoados como residência da força de trabalho que, como esta, eram extremamente móveis no tempo e no espaço, sugeriu a hipótese de que embora considerados rurais segundo critérios convencionais, os povoados constituíam uma manifestação do fenômeno urbano, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão global de circulação do produto excedente socialmente designado (Becker, 1976).

Essa hipótese se fortaleceu quando se tornou patente na área daquela rodovia, a aparente contradição entre um intenso e rápido processo de urbanização e a debilidade relativa da ocupação agrícola em área objetivada para esse fim, mas rapidamente transformada em bacia

* Professora Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

de mão-de-obra para a fronteira (Becker, 1977). A continuidade de pesquisas sistemáticas na Amazônia Oriental e no norte de Mato Grosso amplia a compreensão sobre a fronteira e revela que sua complexidade exige o reconhecimento da importância do Estado e demais agentes sociais, isto é, da dimensão política na sua estruturação (Becker, 1982; Becker & Machado, 1982; Becker, 1983). Suscita assim a retomada da investigação não só daquela hipótese sobre o papel dos núcleos urbanos na nova ordenação do território, como da própria relação fronteira-urbanização, que são o objeto deste texto.

1 — SOBRE ESTADO, FRONTEIRA E URBANIZAÇÃO

A fronteira é a outra face do espaço urbanizado; sua integração é a integração ao espaço urbanizado, e se efetua através do urbano.

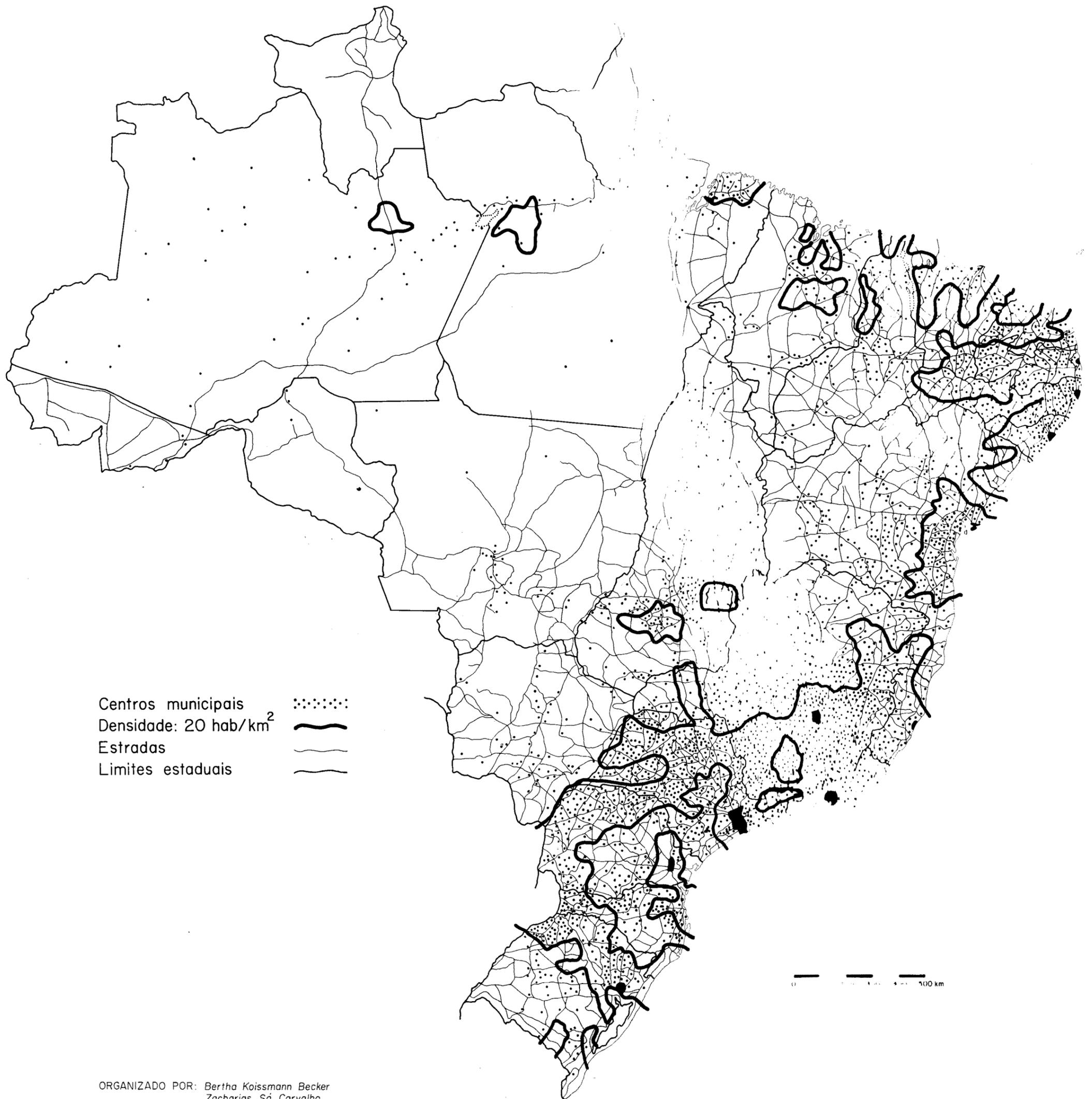
a — Parte integrante da sociedade nacional, a *fronteira* tem como especificidade o fato de ser um espaço não plenamente estruturado e, como tal, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político (Velho, 1976). O dado crucial da fronteira é a virtualidade histórica que contém: dependendo da forma de apropriação das terras livres e das relações sociais estabelecidas, ter-se-á aí a formação de projetos políticos distintos.

A fronteira é definida em relação a um espaço estruturado, e sua potencialidade alternativa é circunscrita a limites impostos pela formação social em que ela se situa. A expansão da fronteira amazônica só pode, pois, ser compreendida a partir da inserção do Brasil nesse final do século XX, no contexto da nova escala da relação capital-trabalho articulada aos interesses do capital industrial e financeiro e referenciada à produção de um espaço planetário onde os Estados nacionais conservaram suas funções de controle, hierarquização e regulação, tendo como base o espaço (Léfèbvre, 1978).

O Estado coordena a nova divisão inter-regional do trabalho, com contradições e ambigüidades. Ele reorganiza o caos das relações sociais impondo-lhes uma racionalidade, a sua, tendo como instrumento privilegiado o espaço: o econômico se reconsidera em termos espaciais — fluxos e estoques — e o Estado tende a controlá-los e coordená-los, integrando e rompendo o espaço anterior, e produzindo seu próprio espaço; impõe uma ordem espacial, vinculada a uma prática e concepção de espaço logística, global, de interesses gerais, estratégicos, que é contraditória à prática e concepção de espaço local, dos interesses privados e objetivos particulares. “Engendra, assim, não um novo espaço, mas um produto específico da clivagem privado-público, expresso num espaço de duplo caráter global/fragmentado” (Léfèbvre, 1978).

É, pois, através da *conexão* dos fluxos e estoques que o Estado atua hoje, levando à *extensão* do espaço, produzindo o *espaço global* que é uma *condição* da reprodução generalizada. Este processo é associado ao *crescimento das forças produtivas e à urbanização maciça*, isto é, à formação de unidades gigantes de produção e consumo, e é através da mediação dos núcleos urbanos que o Estado realiza a gestão e a produção do espaço global. Reserva mundial de recursos na nova divisão internacional do trabalho, a fronteira é justamente o espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, ao espaço urba-

URBANIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO



ORGANIZADO POR: Bertha Koissmann Becker
Zacharias Sá Carvalho

Figura 1

nizado como ocorre com a Amazônia (Figura 1). Por essa razão tem uma organização capitalista inacabada (Sawyer, 1982), não plenamente estruturada; seus estoques são pouco densos e descontínuos, as formas e relações sociais de produção híbridas e fluidas expressando as contradições do Estado.

Extensão da totalidade nacional, a fronteira nela também influi. Espaço não plenamente integrado no espaço global, a fronteira pode ser definida como espaço de manobra das forças sociais. É também o espaço de projeção para o futuro, da expectativa, um espaço ideológico. A virtualidade histórica contida em tão ampla escala geográfica, torna a fronteira amazônica a região estratégica por excelência para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle para integrá-la no espaço global, mas ao mesmo tempo faz concessões aos diversos segmentos sociais e na dimensão ideológica manipula a preservação da imagem do espaço alternativo (Becker, 1983).

b — *É na urbanização* que a interdependência entre o Estado e a sociedade civil tem sua manifestação mais evidente. Processo de urbanização e planejamento estatal são hoje um evento social integrado que se manifesta exteriormente em dois níveis de urbanização:

1 — o processo de urbanização *lato sensu*, referente a um modo de integração econômica, social e política capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produto excedente modelando uma economia espacial urbanizada (Harvey, 1973), integração obtida através da coordenação de estoques e fluxos econômicos e da ação ideológica exercidas pelo Estado (Léfèbvre, 1978). Essa escala de urbanização *lato sensu* corresponde, pois, a um processo de integração através de difusão dos valores e comportamentos, organizações e instituições urbanas (Friedmann, 1973) e da conexão do território produzindo o espaço global que incorpora hoje a fronteira;

2 — o crescimento e a multiplicação dos núcleos urbanos, referente a duas escalas: a — a escala da rede hierarquizada de núcleos, e b — a escala dos núcleos em si;

— a configuração e desenvolvimento da rede e dos núcleos se vinculam a um nexos nas relações econômicas, sociais e políticas sob a égide do capitalismo internacional que forja as cidades do mundo num sistema complexo (Cohen, 1981). Nexos fundamental na década de 70 é a circulação da força de trabalho: o custo crescente da concentração da força de trabalho nos grandes centros é evitado por uma estratégia que as torna móveis, distribuindo-as de forma conceituada/difusa, em pequenas cidades e povoados, evitando sua consolidação e reagrupando a força de trabalho em escala nacional (Damette, 1981);

— os núcleos urbanos em si são formas construídas pela mobilização, extração e concentração do produto excedente cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente, são dispositivos espaciais básicos utilizados pelo Estado no controle e na produção do espaço global, e são o lugar onde se realiza a articulação Estado-sociedade local, tanto o Estado central como Estado local (regional e local) que é parte da sociedade local e, por isso, constitui o escalão vulnerável do Estado. Em cada núcleo se materializa uma trama espacial complexa compreendendo um conjunto de áreas e localizações funcionais (privadas e públicas) correspondendo a *espaços de produção* (onde a acumulação procede), *espaços de reprodução* (onde a força de trabalho se regenera), ambos mediados por um ter-

ceiro destinado às *necessidades* da *circulação* (Dear & Scott, 1981). Tal padrão de ocupação densa do solo é estruturado por um mercado de maximização da renda, em que o Estado interfere contraditoriamente, gerando conflitos: valorizando diferencialmente o solo favorece a acumulação, mas por outro lado erode a apropriação privada pela socialização progressiva do espaço.

c — É assim que, desde o início, o projeto de ocupação da *fronteira amazônica* previu a urbanização, seja através das várias políticas governamentais para integração do território, seja da política urbana de pólos de crescimento (Polamazônia), seja de “urbanismo rural”, considerado necessário, segundo o discurso oficial para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios. Daí verificar-se na fronteira a urbanização em suas múltiplas formas, desde o crescimento explosivo de cidades velhas e novas à multiplicação de núcleos e povoados fortemente instáveis.

A estruturação da fronteira se viabiliza pela mediação do urbano que é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação. *Dado o caráter dominante de apropriação relativamente pouco produtiva da terra com avanços irregulares das frentes*, (Becker, 1983) *os estoques econômicos são descontínuos e pouco densos e os fluxos são muito amplos e temporariamente intensos, tornando a circulação a base da estruturação da rede urbana*. Os núcleos urbanos: 1 — constituem-se como os dispositivos espaciais que sustentam a circulação principalmente da força de trabalho e do capital, circulação que responde por seu crescimento e pela organização da rede; 2 — são a base da ação político-ideológica do Estado e, embrionariamente; 3 — exercem papel generativo na região.

A criação de uma rede de núcleos diferenciados é condição e expressão da estruturação da fronteira — investimentos estatais seletivos em locais estratégicos atendem a interesses de grupos sociais e a políticas diversas; tais investimentos seletivos somam-se à dinâmica econômica local, gerando núcleos diferenciados quanto à sua função e hierarquia que compõem redes variadas nas sub-regiões em formação.

2 — A CIRCULAÇÃO COMANDA OS MOVIMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DA REDE URBANA QUE É FRUTO E CONDIÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DA FRONTEIRA

Por um lado, o caráter não estruturado da fronteira em incorporação pouco produtiva, se manifesta numa rede indefinida cujos núcleos são dispersos, com baixa conectividade e que é ainda segmentada em subsistemas isolados correspondentes à uma organização econômica e espacial anterior em “arquipélago”, na precariedade dos serviços vinculados ao consumo da população e às atividades produtivas; manifesta-se também no impressionante crescimento dos núcleos, em número e em concentração populacional.

Por outro lado, os movimentos do crescimento urbano sugerem as condições que o vem favorecendo: *as rodovias são os eixos da nova circulação em substituição à circulação fluvial*, fazendo reviver as cidades melhor dotadas de equipamento funcional que comandavam a economia e a circulação dos grandes vales; *o nível de complexidade de circulação parece definir a hierarquia dos centros e os tipos de*

espaços urbanos — dos espaços de reprodução onde domina a circulação da força de trabalho e de mercadoria, aos núcleos em que as atividades produtivas e a circulação de produtos regionais são expressivos, a aquelas em que se soma ainda a circulação mais complexa do capital, da informação, dos “negócios”, com seus serviços e equipamentos correspondentes de bancos, comunicação, escritórios técnicos, etc.

Quatro movimentos podem ser identificados nas décadas de 70 e 80 quanto ao crescimento urbano (Tabela 1), sob o comando da circulação:

1 — *A expansão-consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais que constituem a base de operações produtivas* de frentes impulsionadas por iniciativa do Estado, ao longo das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho. Trata-se de Municípios com população urbana de 10 mil, 19 mil, 20 mil e de 49 mil habitantes, além de Imperatriz (população em torno de 200.000), cujo crescimento foi de 150% ou mais! Os menores situam-se junto às frentes, e neles domina a circulação de migrantes e de mercadorias. Os maiores estão

TABELA 1

MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO URBANA, POR CLASSES DE CRESCIMENTO, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO — 1970-1980

COM POPULAÇÃO URBANA SUPERIOR A 50 000 HABITANTES

CLASSES DE TAMANHO EM 1980	MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE CRESCIMENTO — 1970-1980 (%)			
	45,0 — 64,9	65,0 — 84,9	85,0 — 149,9	150,0 e mais
500 000 — 999 999..	Belém	—	Manaus	—
250 000 — 499 999..	—	São Luís	—	—
100 000 — 249 999..	—	Santarém	Porto Velho e Cuiabá	—
50 000 — 99 999..	—	Macapá	Rio Branco	Ananindeua Rondonópolis Várzea Grande

COM POPULAÇÃO URBANA DE 10 000 A 49 999 HABITANTES

CLASSES DE TAMANHO EM 1980	MUNICÍPIOS COM CRESCIMENTO SUPERIOR A 150%		
20 000 — 49 999..	Boa Vista Altamira Conceição do Araguaia Marabá		Tucuruí Santa Inês Barra do Garças Ji-Paraná
10 000 — 19 999..	Humaitá Maricápurú Breves Paragominas Santa Isabel do Pará São Domingos do Capim	Coelho Neto Grajau Presidente Dutra São Mateus do Maranhão Colinas de Goiás Paraíso de Minas Gerais	Barra do Bugre Tangará da Serra Vilhena Pimenta Bueno Cacoal Ariqueme

FONTE — Dados organizados pela Geógrafa Olga Buarque de Lima e por ela gentilmente cedidos, segundo o Censo Demográfico de 1970 e 1980.

hoje já à retaguarda das frentes, como é o caso de Araguaína, Conceição do Araguaia, Marabá, Tucuruí, Altamira e Itaituba, verdadeiras extensões de Imperatriz, o grande centro da Amazônia Oriental.

Formam elas um conjunto de Cidades que, na escala regional/nacional ocupa posição estratégica para circulação da força de trabalho e do capital, situadas que estão no contato da fronteira com as bacias de mão-de-obra do Nordeste e com as artérias que conectam ao centro-sul; a importância dos serviços bancários e de transporte e comunicação evidenciam o seu papel na circulação do capital, além da circulação de mão-de-obra e mercadorias. Na escala regional/sub-regional, essa concentração expressa não só o apoio logístico às frentes, como a expansão de suas funções regionais vinculadas às condições de circulação de mão-de-obra, adensamento da população, de produção e potencial de produtividade quanto a recursos agrícolas, pastoris e minerais, isto é, formação de estoques produtivos, e de presença direta do Estado, sob múltiplas formas.

2 — *A expansão-concentração nas capitais estaduais.* Extensão regional do centro nacional, Belém atende a necessidades empresariais e técnicas, políticas, de contatos, de resolução extralegal de problemas, tendo sua expansão metropolitana evidenciada pelo crescimento de Ananindeua (150%). As demais capitais crescem de duas formas: a — isoladamente, comandando vastos *hinterlands* como é o caso de Manaus — que tende à metropolização graças à sua posição geográfica que lhe dá o comando da Amazônia Ocidental e à criação da Zona Franca — e também o caso de Rio Branco e Boa Vista; b — por aglomeração, como é o caso de Cuiabá — Várzea Grande, e, visto numa certa escala, também Porto Velho, levando-se em conta as cidades próximas, da colonização oficial. Dotadas de serviços administrativos, bancários, de educação e saúde menos precários devido à sua condição de centros de regiões tradicionais, as capitais tornam-se também bases da nova circulação do capital, da informação e da população, mas bases relativamente isoladas e onde a circulação da população dominante é a intra-regional, em coerência com o menor dinamismo das sub-regiões que comandam.

3 — *A reprodução de pequenos núcleos dispersos* — povoados e vilas — vinculados à mobilidade do trabalho que, finda a frente de trabalho se retraem ou extinguem, logo reaparecendo junto a novas frentes.

4 — *A retração de núcleos antigos*, que ficaram à margem da nova circulação.

Explica-se, assim, o aparente paradoxo de uma fronteira agrícola com intenso processo de urbanização (Becker, 1977): entre 1970 e 1980 a população urbana passou de 1.652.688 para 2.720.140 habitantes, ou seja, de 36 para 43% da população total dos estados amazônicos, enquanto que, na mesma década, a população rural cresceu de 2.948.324 para 3.982.194 habitantes ritmo lento e quase insignificante se comparando com o da apropriação de terras. Vale assinalar que esses números estão aquém da realidade, uma vez que não estão computados os núcleos pioneiros que surgem e crescem em ritmo acelerado. Configura-se, assim, uma fronteira urbana que acompanha e até antecede a fronteira agrícola (Machado, 1983).

3 — A CONFIGURAÇÃO LOCAL DA REDE: MODELOS DE URBANIZAÇÃO

A rede urbana regional compõe um gigantesco arco em torno da Amazônia, assumindo configuração sub-regional diferenciada (Becker, 1982). Tal diferenciação expressa o ritmo e a escala das transformações espaciais associadas à diversidade das relações Estado-sociedade civil e das formas de organização dos mercados de trabalhos locais.

Alguns modelos de urbanização podem ser esquematizados tomando como base principalmente a pesquisa de campo realizada na Amazônia Oriental e no norte de Mato Grosso. Uma distinção fundamental existe entre a urbanização em áreas de ocupação “espontânea”, isto é, apenas induzida pelo Estado, a urbanização em áreas de ocupação dirigidas pelo Estado e/ou por companhias privadas, a urbanização efetuada pelos grandes projetos individuais e a urbanização tradicional.

1 — O modelo de urbanização “espontânea” é característico da Amazônia Oriental em áreas onde a ação do Estado é indireta, onde domina a apropriação privada das terras por empresas de grupos econômicos ou fazendeiros individuais, cujas relações de trabalho se fundamentam em forte mobilidade, sendo do tipo assalariado combinado, respectivamente, com trabalho mecanizado e com pagamento de renda, restando pouco espaço para o campesinato. Este foi transformado em força de trabalho para as grandes obras públicas, mineração e para o desmatamento e formação de pastagens, atendendo à produção mais expressiva da fronteira, embora pouco substancial em relação à vastidão do território (a Amazônia Oriental corresponde a 20% do território do Pará e 7,6% da Amazônia Legal).

As cidades são residência da nova sociedade local constituída de comerciantes, funcionários, médios fazendeiros, pequenos produtores “peões” e migrantes sem terra; sua estrutura interna é diferenciada, evidenciando a importância do espaço de reprodução nos quarteirões periféricos de casas de madeira, mas também do espaço de produção, central, sede do comércio e serviços de consumo e de circulação. Os povoados e vilas, residências de “peões” e semi-proletários, são basicamente espaços de reprodução. O conjunto de núcleos, expressando a pobreza da massa de população, configura uma rede caracterizada pela importância de povoados e vilas dispersos e diretamente dominados pelos centros regionais com quase ausência do escalão de cidades médias; a rede é articulada principalmente pela circulação de migrantes e de mercadorias constituindo um sistema de circulação da força de trabalho.

O grande centro regional da Amazônia Oriental é Imperatriz. Com suas sucursais — Araguaína, Conceição do Araguaia e Marabá forma um conjunto de Cidades que se sucedem de 100 em 100 quilômetros aproximadamente; é a grande porta de entrada do capital e dos migrantes, controlando sua redistribuição pela rede de vilas e povoados espaçados em torno de 20 quilômetros (distância de 10 km de ida e volta a pé ao local do trabalho).

No norte de Goiás, o povoamento iniciado na década de 60 ao longo da Belém-Brasília se fez como expansão da fronteira agrícola, com produção de gado e arroz por fazendeiros (usando rendistas) e pos-

seiros; a população se dispersou pelos povoados que tinham então o caráter de verdadeira frente camponesa (Becker, 1976; Rodrigues, 1978; Machado, 1979; Bitoun, 1980).

A mudança da política governamental em fins de 1960 subsidiando a apropriação seletiva do espaço, valorizou as terras, provocando a expansão das fazendas de gado e a expropriação dos posseiros com retração da frente camponesa e ampliando o trabalho assalariado. Parte da população expropriada concentrou-se então em alguns povoados e na periferia de Imperatriz e Araguaína, selecionados como pólos de desenvolvimento, onde passou a exercer tarefas no baixo terciário e/ou no meio rural. Parte se deslocou para novas frentes, reproduzindo os povoados que perdem, contudo, o caráter de frente camponesa, constituindo-se principalmente em residência de "peões"; é o que ocorre no sul do Pará, onde o Estado subsidiou a implantação em grande escala da empresa de grupos econômicos que, interessada em investimento a longo prazo e não na produção, utiliza desde o início, trabalho assalariado e mecanizado para tarefas em curto período do ano.

O levantamento da cadeia de recrutamento da força de trabalho através de "gatões", "gatos" e "gatinhos" (Becker & Machado, 1982), revela como os núcleos urbanos da área da Belém-Brasília constituem uma rede de circulação de força de trabalho não só para as fazendas locais como para as frentes distantes, demonstrando que o norte de Goiás hoje já se constitui como parte da bacia de mão-de-obra para as frentes em expansão no Vale do Xingu.

2 — *O modelo de urbanização dirigida* é o da colonização planejada e executada diretamente pelo Estado ou companhias colonizadoras, baseada na filosofia do urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que prevê um sistema de núcleos urbano-rurais hierarquizados a partir de Rurópolis, pólo de desenvolvimento rural integrado para uma área de influência constituída de agropolis e agrovilas.

a — *O modelo de urbanização dirigida pela colonização particular* é diretamente executada e controlada por companhias colonizadoras em terras virgens (norte de Mato Grosso), onde domina a apropriação da terra por colonos em lotes de 100 hectares em média (50-60 em Sinop e 100-300 em Alta Floresta), cujas relações de trabalho dominantes são do tipo familiar e onde as Cidades tem caráter dominante de lugares centrais hierarquizados para um campesinato que se diferencia, parte dele se capitalizando. As Cidades são residências de colonos e suas famílias, funcionários das companhias (só em 1981 foram inauguradas as prefeituras), comerciantes, investidores, sendo menos expressiva a proporção de migrantes sem terra e "peões"; sua estrutura interna é diferenciada com setores bem definidos e seus equipamentos e serviços são mais fartos, atendendo à demanda dos colonos, aos negócios de terra e financiamento das companhias e, no caso de Sinop, à circulação mais ampla da Cuiabá-Santarém, razão do crescimento da Cidade.

Dado o forte controle exercido pelas companhias, quase inexistem povoados espontâneos. A rede urbana é inspirada na filosofia do urbanismo rural do INCRA e, paradoxalmente a reproduz com mais sucesso do que o Estado. Um centro urbano serve e controla a ocupação de cada gleba onde se distribuem pequenos núcleos (equivalentes a agropolis), e "comunidades" (de 3-3 km, equivalentes a agrovilas) dotados de igreja, escola e venda (no caso de Alta Floresta inexistem os pe-

quenos centros). No conjunto, sucedem-se núcleos relativamente regulares em termos de tamanho funcional e espaçamento segundo configuração via de regra linear pois que ao longo das estradas.

b — *O modelo de urbanização dirigida pelo Estado*, é o da colonização oficial, no caso estudado, a colonização na área da rodovia Transamazônica. Baseada na filosofia do INCRA, e tendo como base a rodovia, é superimposta à velha estrutura urbana vinculada ao comando da circulação fluvial, utilizando as velhas cidades dotadas de equipamento funcional e posição mais importantes como parte de sua rede hierarquizada. Acresce que as áreas de colonização dirigida são enclaves em meio as de apropriação privada recente que também utilizam a cidade como base de apoio, o que dilui bastante o planejamento inicial. A estrutura social é, assim, complexa, compreendendo colonos, funcionários, novos comerciantes de bens, de terra, de força de trabalho, bem como aviadores ainda detentores de poder e antigos moradores, hoje empregados nos serviços ou no funcionalismo, além da burocracia, fazendeiros médios, migrantes sem terra e de nova força de trabalho móvel; a proporção de cada categoria varia muito em cada centro, em função do *hinterland* por ela comandado, isto é, da combinação colonização/exploração privada antiga e nova.

A estrutura interna dos núcleos expressa essa diversidade de combinações da interação Estado-sociedade civil, onde espaços socializados, de reprodução e de produção, assumem proporções diferenciadas. O conjunto de núcleos forma uma rede em que as cidades antigas, revividas, comandam agrovilas e povoados espontâneos.

Tal é a situação da colonização na Transamazônica. A Cidade de *Itaituba*, na confluência da estrada com o rio Tapajós, é centro de uma área em que o projeto de colonização foi esvaziado e substituído pela exploração do ouro por grandes firmas e da pecuária por população vinda principalmente do Rio Grande do Sul. A ação do Estado aí é fraca, resumindo-se à sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), afastado da área central; nesta apenas uma rua principal asfaltada concentra um comércio dinâmico para as 35 ruas de terra com casas de madeira e taipa, o chamado “Maranhão” que concentra os “peões” que se destinam basicamente ao garimpo.

A Cidade de *Altamira*, na interseção da rodovia com o Xingu, apresentou crescimento de 369% na década de 70 e 80, em grande parte devido à colonização. Sede de um Programa Integrado de Colonização (PIC'Altamira) que funcionou à base de colonos com lotes de 100 hectares, graças a manchas de terra roxa que sustentam expressiva produção de cana-de-açúcar, pimenta e cacau para consumo extra-regional, teve grande expansão de serviços e equipamentos para atender aos colonos; a estrutura física da Cidade bem o demonstra, com o espaço de produção de um novo setor central de comércio e bancos, novos bairros residenciais além dos bairros tradicionais dos aviadores, de beira-rio. Dada a mudança de política de terras em 1974, favorecendo a grande empresa e colonos selecionados, novos bairros surgem na periferia urbana habitados por migrantes sem terra assalariados urbano-rurais, bem como no centro ou próximo a ele como loteamentos espontâneos ocupados por ex-colonos empregados no terciário. O Estado marca sua presença mais forte num zoneamento do SERPHAU não respeitado, e numa área desapropriada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para um futuro aeroporto, mas hoje invadida.

Finalmente, é em Marabá — que a interação e os conflitos Estado-sociedade civil alcançam maior complexidade. Na confluência do Tocantins-Itacaiunas é base da economia extrativa de castanha dominada por sociedade local com poder econômico e político no Estado do Pará; localiza-se no contato das áreas de ocupação espontânea com ricos *hinterlands* de exploração mineral e pastoril — e dirigida, baseada na agricultura. Por essas razões, importantes órgãos federais estão aí sediados, Programa de Integração Nacional (PIN), a SUDAM, o INCRA, as administrações de Serra Pelada e Pólo Carajás, bem como o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT). É, assim, residência de antigos aviadores de castanha que hoje produzem também gado ou diversificam seu comércio, de pecuaristas do Sul, de funcionários, de novos comerciantes, de migrantes sem terra e “peões”. A interação complexa desses grupos se expressa numa estrutura física tripartite, com três setores bem definidos: a — a *Cidade Velha*, compreendendo 10,97% da população, sede da fração regional de classe em declínio, antigos fazendeiros e aviadores, funcionários públicos, bancos; b — a *Nova Marabá*, fruto da ação do Estado, planejada pela SUDAM em 1971 onde à área urbana se sucedem áreas verdes, em forma de folhas de castanheira, para onde se transferiram a sede do Governo e das atividades estatais, os bancos, e que só a partir de 1981 vem sendo povoada por venda dos lotes e por invasão das áreas verdes, correspondendo a 27,8% da população; c — a *Cidade Nova*, locus da ocupação espontânea da força de trabalho móvel que sustenta os grandes projetos, os garimpos e as fazendas, e dos colonos em trânsito, que cresce horizontalmente a cada dia ao longo da Transamazônica, onde é mais dinâmico o comércio e onde já se inicia uma diferenciação interna no meio do amontoado de casas de madeira.

Também aí são mais visíveis os conflitos decorrentes da socialização do espaço urbano, entre as velhas e novas frações hegemônicas regionais, entre o poder estadual e o federal, entre a força de trabalho e Estado local. A apropriação e utilização privada anterior é erodida pela socialização do espaço urbano que provoca valorização da Nova Marabá/desvalorização da Velha Marabá/expansão da Cidade Nova/invasão da Nova Marabá.

3 — O modelo de urbanização dos grandes projetos privados corresponde aos projetos de grande escala, distantes, interessados em investimentos de longo prazo na terra, e na produção principalmente de gado e madeira efetuando por vezes investimentos experimentais com outros recursos. É caso típico da “fronteira de recursos” isolada, que é parte de uma organização transnacional cujas relações entre os componentes do conjunto são maiores do que com a vida regional e local onde cada componente se situa; semi-auto-suficiente ela depende de uma base urbana para instalações, residência de pessoal técnico numeroso e trabalhadores permanentes, e atendimento à massa de trabalhadores assalariados temporários. Dependendo da escala e da localização do projeto, ele poderá se valer da rede regional, como no caso da Mogno, ou gerar núcleos subespontâneos de força de trabalho, como no caso do Projeto Jari.

4 — O modelo de urbanização em áreas tradicionais é o daquelas áreas onde a expansão de frentes e o crescimento das capitais estaduais não foi suficientemente dinâmico para alterar o padrão tradicional de um centro regional comandando a rede de povoados de uma artéria fluvial.

4 — O NÚCLEO URBANO É A BASE LOGÍSTICA DA ORDENAÇÃO TERRITORIAL DA FRONTEIRA

a — *O núcleo urbano é a base da organização do mercado de trabalho*, como ponto de concentração e redistribuição da força de trabalho que deve estar disponível, móvel, mas localizada em pontos do território; a rede de núcleos assegura a circulação regional da força de trabalho (Becker, 1976; Rodrigues, 1978; Becker & Machado, 1982; Machado, 1981 e 1983).

Ele é residência e mercado de trabalho alternativo para os trabalhadores agrícolas assalariados que, liberados quando da capitalização das atividades agropecuárias, tornam-se excedentes nas áreas de produção migrando para a cidade (20 a 30% dos entrevistados de origem rural, têm hoje ocupação urbana); é também residência de camponeses, pequenos produtores (posseiros, pequenos proprietários, rendistas) frequentemente semiproletários atraídos pela presença da escola, oportunidades de emprego para a família e expectativa de acumulação; é ainda nele que residem temporariamente os migrantes que chegam antes de se redistribuírem em ocupações diversas.

Quanto menor o núcleo, mas exclusiva a função de circular a mão-de-obra, mais precários os equipamentos e menor o seu tempo de permanência, o que lhes atribui o caráter dominante de *espaço de reprodução*.

A relação do urbano com a mobilidade do trabalho é patente nos povoados e pequenas vilas. Estes surgem como pontos de aglutinação de mão-de-obra para abertura da região, seja na condição de “peões” assalariados, seja na condição de camponeses, pequenos produtores de alimentos para o próprio suprimento da força de trabalho local. São eles pequenos centros de mercado de distribuição de bens através da venda e de coleta da produção camponesa (arroz, milho, mandioca) uma vez que a produção valorizada, dos grandes produtores (gado e madeira) é comercializada diretamente nos grandes centros. Além da venda, a escola e a igreja compõem os serviços básicos dos povoados. Sua origem frequentemente se vincula à condição de apoio direto à circulação: canteiro de obras, posto de gasolina, restaurante, etc. (Becker, 1976).

Dada sua função principal de concentrar a força de trabalho, tem localização estratégica — situam-se via de regra próximo às áreas em desbravamento e nos entroncamentos que levam a elas. E sua duração é efêmera: declinam com o deslocamento das frentes de trabalho e com a expropriação camponesa, numa indissociável identificação com a mobilidade da população (Becker, 1976).

Na década de 60, os povoados se multiplicaram ao longo da Belém-Brasília concomitantemente ou mesmo antes da estrada, com o caráter dominante de base da expansão camponesa numa fronteira agrícola. Após a alteração da política governamental em fins de 1960 favorecendo a empresa capitalista, acentua-se o caráter do povoado como núcleo de reprodução de força de trabalho móvel.

Porque são a base local, o primeiro elo na grande cadeia de extração e mobilização do produto excedente em favor das metrópoles nacionais e internacionais, os povoados e pequenas vilas são considerados como uma manifestação de urbanização (Becker, 1976).

b — *O núcleo urbano tem importante função político-ideológica.* Não se trata apenas da presença concreta de múltiplos aparelhos do Estado sediados nas cidades. Ele é um sustentáculo da imagem do espaço alternativo, na medida em que, abrindo possibilidades não só de trabalho, mas de apropriação de um lote urbano, alivia tensões da população decorrentes de sua expropriação da terra e/ou de frustrações pela impossibilidade de obtê-la. Exerce, assim, o papel de regulador, aliviando as tensões advindas dos movimentos de maior ou menor apropriação e controle das terras pelo grande capital. Nos últimos anos, dada a intensificação desse controle e a valorização das terras na cidade, torna-se mais difícil ter acesso a um lote urbano; reduz-se o papel do núcleo urbano como aliviador de tensões, que passa, pelo contrário, a ser um foco de conflitos.

Acresce que ele é o *locus* por excelência da ação do Estado na “preparação” da população para seu papel na sociedade, através da veiculação de valores dominantes e de sua adequação ocupacional. A cidade é o local de (re)socialização da população que para ela se volta em busca da informação e dos meios que assegurem sua sobrevivência. Esse papel ela exerce através dos serviços de consumo e de circulação, dentre os quais ressalta, como principal na cooptação social, o comércio, que induz a população a desejar e a consumir bens, serviços e informações de todos os tipos (Machado, 1983).

c — *Assim, se por um lado os núcleos urbanos são pontas de lança para ocupação do território como locus da circulação passam a ser, em si, um fator de mudança,* adquirindo embrionariamente possibilidades de crescimento autônomo e de influir na transformação regional. São o *locus* da mudança na estrutura ocupacional dos migrantes que, aí residindo, aprendem ofícios para tarefas no campo e na própria cidade. Os ofícios que se delineiam atendem tanto à grande exploração rural como à urbanização — laminador de madeira, motorista de caminhão, carpinteiro, mecânico — e tanto ao crescimento físico da cidade (pedreiro, empreiteiro) quanto às necessidades do próprio setor informal, como alfaiate, funileiro, oleiro, etc. (Becker & Machado, 1982).

Os empregos no baixo terciário, o pequeno comércio e o beneficiamento da produção, representam novas fontes de acumulação, que podem inclusive vir a fortalecer a condição camponesa; é o caso de colonos da área da Transamazônica que investem os ganhos na cidade nas propriedades e na compra de implementos de trabalho.

Por sua vez, os núcleos passam a atuar como mercados. O pequeno comércio como ocupação combinada com a pequena propriedade ou posse da terra se expande basicamente em função do setor informal. E, os núcleos urbanos passam a ser também mercado básico para organização da produção regional, estimulando a reprodução camponesa para produção de alimentos para a força de trabalho, bem como para hortaliças e leite destinados a grupos urbanos mais abastados que conseguem acumular na fronteira, tratando-se nesse caso de pequenos produtores que se capitalizam (Becker, 1982).

É assim que, se o núcleo urbano age na dissolução/conservação do campesinato como base da reprodução da força de trabalho que uma vez liberada dele necessita para sobreviver, ele também estimula a permanência e diferenciação do campesinato limitando, portanto, a mobilidade (Becker, 1979; Becker & Machado, 1982; Becker, 1982 e 1983).

Esse crescimento incipiente marca um limiar no processo de urbanização: ele quebra o caráter dominante dos núcleos urbanos regionais como espaços de circulação e de reprodução da força de trabalho. Gerando serviços vinculados a atividades de produção e de consumo da população residente, cria um espaço de produção cuja magnitude varia com a categoria e dinamismo do núcleo.

5 — SUMÁRIO E CONCLUSÕES

1 — Fronteira e urbanização são faces de um mesmo processo. Espaço ainda não plenamente estruturado, a fronteira se define em relação a um espaço estruturado e urbanizado, do qual é reserva de recursos, espaço de manobra política e espaço ideológico. Sua condição de espaço não estruturado lhe atribui elevado potencial político. Assim sendo, o Estado se empenha em sua rápida incorporação ao espaço global, vale dizer em sua urbanização, para mantê-la sob controle e em menor escala, para atender a interesses de grupos sociais diversos.

2 — Controle e concessões do Estado — econômicos e políticos — se efetuam através da rede de núcleos urbanos que, como condição da organização do mercado de trabalho e da co-optação ideológica, são a base logística do rápido ordenamento territorial da fronteira, o que explica o grande crescimento urbano na fronteira.

3 — A circulação — principalmente de capital, força de trabalho e informação — é a base da integração da fronteira, respondendo pelo crescimento dos núcleos e organização da rede. É que os estoques econômicos que correspondem a investimentos produtivos, são pouco densos e descontínuos no espaço e no tempo o que exige grande amplitude e intensidade de fluxos, ainda que temporariamente. Segundo a expressividade dos estoques econômicos, dos fluxos e das relações Estado-sociedade local, a rede assume configuração local diferenciada. O grau de complexidade da circulação atribui dinamismo e hierarquia aos núcleos — quanto menor o núcleo, mais exclusiva é a circulação de força de trabalho e de mercadorias para seu consumo, caracterizando os povoados como espaços de reprodução.

4 — Confirma-se, assim, a hipótese de que o núcleo urbano é um elo na cadeia de mobilização, extração e concentração do produto excedente, e de que tal mobilização se efetua não tanto através da produção e sim através da exploração da mobilidade da força de trabalho e daquela efetuada pelo capital financeiro e pela ideologia. Paradoxalmente, contudo, alguns núcleos urbanos, ao lado de seu papel extrativo, passam a ter também um papel generativo como mercado não só de trabalho, mas para produção regional, como *locus* de aprendizado de novas ocupações e de aprendizado político, e como fonte de acumulação, inclusive para investimento na terra.

5 — As contradições inerentes a esse processo de integração vêm restringindo o papel do núcleo urbano como sustentáculo ideológico, tornando-o foco de intensos conflitos entre a massa de população x Estado, hegemonia tradicional x nova, ambas x Estado, etc.

Tendo em vista o papel generativo que o urbano pode ter, a maior facilidade de alocação de investimentos que oferece, e tendo em vista que o poder local é a parte mais vulnerável do aparelho de Estado, ponderando estar sujeito a pressões locais, não seria lícito considerar a urbanização, juntamente com a distribuição de terras e reforma agrária, uma alternativa social e politicamente válida a ser melhor analisada e utilizada?

6 — BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha Kolffman. Amazônia na estrutura espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, 36(2) : 3-36, abr./jun. 1974.
- . Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, 40(1) : 111-22, jan./mar. 1976.
- . A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional. *Anuário do Instituto de Geociências*, UFRJ, Rio de Janeiro, 156 p. 1977.
- . Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola. In: *Geopolítica da Amazônia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- . O Estado e a questão da terra na fronteira. In: *Geopolítica da Amazônia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- . A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. Encontro de Geografia Agrária, Uberlândia (1.ª versão) e Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NERU), "Repensando o Brasil pós-60", São Paulo, 1983.
- . & MACHADO, L. O. Mobilidade do trabalho na Amazônia: uma contribuição geográfica. In: *AGB. Boletim Carioca de Geografia*, ano XXXII, : 26-50, 1982.
- BITOU, J. *Ville et développement régional dans une région pionnière au Brésil — Imperatriz, Maranhão*. Paris, Université de Paris I. Sorbonne, 1980 (thèse pour le doctorat de 3 eme. cycle).
- COHEN, R. B. The international division of labor, multinational corporation and urban hierarchy. In: Dear & Scott, ed., "Urbanization and urban planning in capitalist society", London, Methuen, 1981.
- DAMETTE, F. The regional framework of monopoly exploitation. In: *Regions in crisis*, London, Croom Helm, 1981.
- DEAR, M. & SCOTT, A. The urban question: toward a framework for analysis. In: *Urbanization and urban planning in capitalist society*, London, Methuen, 1981.
- FRIEDMANN, J. Urbanization and national development: a comparative analysis. In: *Urbanization, planning and national development*, Beverly Hills, Sage Pb, 1973.
- HARVEY, D. *Social justice and the city*. Edward Arnold, London, 1973.
- LEFÈBVRE, H. *De l'Etat*. Paris, Union Générale, 1978.
- MACHADO, L. O. *Urbanização e política de integração no norte de Goiás*. UFRJ, Departamento de Geografia, 1979 (dissertação de mestrado).
- . Migração e urbanização na Amazônia: contribuição para uma abordagem geopolítica. In: *AGB. Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XXXII, : 2-10, 1982.
- . *Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia*. Belém, SBPC, 1983.
- RODRIGUES, M. L. *Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia: os povoados do trecho norte da Belém-Brasília*. UFRJ, Departamento de Geografia, 1978 (dissertação de mestrado).
- SAWER, D. R. *A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica*. Belo Horizonte, 1982 (mimeo).
- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar o papel dos núcleos urbanos na fronteira e a relação fronteira-urbanização. Anos de pesquisa de campo na Amazônia Oriental e no norte do Mato Grosso, permitem: 1 — confirmar a hipótese de que os núcleos urbanos são formas construídas pela circulação, especialmente a da força de trabalho, o crescimento dos núcleos e a organização da rede urbana vinculando-se em grande parte ao seu papel na organização do mercado de trabalho; 2 — reconhecer que os núcleos urbanos são os dispositivos espaciais básicos utilizados pelo Estado na produção do espaço global e na sua ação político-ideológica; 3 — verificar que exercem, de forma limitada, papel generativo como mercado de trabalho, como lugar de aprendizado ocupacional e político e como fonte de acumulação; 4 — verificar também como neles se realiza a articulação Estado-sociedade civil, dando origem a configurações diferenciadas da rede nas sub-regiões em formação.

Explica-se assim o vigoroso crescimento urbano regional entre 1970-80, em que cinco grandes movimentos podem ser identificados: 1 — a expansão-consolidação de centros regionais e sub-regionais que constituem a base de operações produtivas; 2 — a expansão-concentração nas capitais estaduais; 3 — a reprodução de povoados dispersos vinculados às frentes de trabalho; a retração de núcleos antigos, localizados à margem da nova circulação.

SUMMARY

The purpose of this paper is to analyse the role of the urban nuclei on the frontier and the frontier-urbanization relation. Years of field survey in Eastern Amazonia and the north of Mato Grosso have made it possible to: 1 — confirm the hypothesis that the urban nuclei are forms constructed by circulation, especially the circulation of the work force, the growth of the nuclei and the organization of the urban network being to a large extent connected with their role in the organization of the labour market; 2 — recognize that the urban nuclei are the basic spatial arrangements used by the State in producing global space and in its politico-ideological action; 3 — verify that they exercise, in a limited way, a generative role as a labour market, as places for occupational and political learning and as a source of accumulation; 4 — also verify how the articulation between the State and the civil society is carried out within them, giving rise to differentiated configurations of the network in the subregions in process of formation.

In this way the vigorous regional urban growth between 1970 and 1980 can be explained, in which five great movements can be identified: 1 — the expansion-consolidation of regional and subregional centres which constitute the basis of productive operations; 2 — expansion-concentration in state capitals; 3 — the reproduction of scattered townships connected with the labour fronts; the retraction of older nuclei situated outside the area of new circulation.